

Destrinchando o Haiti: da crise ambiental à resiliência comunitária

MARIA FERNANDA PIMENTEL

O Haiti é uma nação marcada por um passado histórico singular e de grande complexidade. Reconhecido como o primeiro país a obter sua independência por meio de uma insurreição de escravos, em 1804, o Haiti se estabeleceu como a primeira república negra e a segunda república independente das Américas, um feito histórico extraordinário (Faton Jr., 2007). Contudo, apesar desse marco de autodeterminação, o país tem enfrentado uma série constante de desafios sociopolíticos, econômicos e ambientais que moldaram sua realidade contemporânea (Dupuy, 1989). Desde sua independência, foi isolado diplomaticamente, e uma dívida opressiva imposta pela França, em troca do reconhecimento de sua soberania, condenou a economia haitiana a um prolongado período de colapso (Faton Jr., 2007). Essa situação inicial de instabilidade foi agravada por décadas de governos autoritários, intervenções externas e desastres naturais devastadores.

No centro das dificuldades enfrentadas pelo Haiti, a degradação ambiental se destaca como um dos desafios, especialmente no que diz respeito ao desmatamento desenfreado e suas repercussões para o país (Diamond, 2005). A dependência histórica do carvão vegetal, combinada à falta de uma administração sustentável dos recursos florestais, resultou em uma perda drástica de cobertura vegetal, acentuando a vulnerabilidade do país a desastres naturais (Smith; Petley, 2009). Paralelamente, a população haitiana, conhecida por sua resiliência, tem mostrado um notável poder de adaptação, enfrentando as crises com mecanismos comunitários de resistência (Mongabay, 2021). Esta análise busca, portanto, investigar como a crise ambiental, especialmente o desmatamento, está entrelaçada às dinâmicas socioeconômicas e políticas do Haiti, e de que maneira a resiliência comunitária emerge como uma resposta fundamental às adversidades enfrentadas pelo país.

A crise ambiental

A crise ambiental no Haiti é profundamente marcada pela degradação dos recursos naturais, sendo o desmatamento o principal vetor desse processo. O país enfrenta uma severa destruição de suas florestas, o que tem efeitos diretos sobre o meio ambiente e a economia local. As causas do desmatamento no Haiti são múltiplas e interconectadas, destacando-se entre elas a pobreza, a dependência da agricultura de subsistência, a produção de carvão vegetal, a expansão urbana e a exploração madeireira ilegal.

A pobreza generalizada no Haiti é uma das principais responsáveis pela pressão sobre as florestas. Muitos agricultores dependem da agricultura de subsistência e, sem acesso a tecnologias mais eficientes, continuam a desmatar áreas florestais para expandir suas plantações. Esse ciclo de degradação é reforçado pela falta de políticas públicas eficazes que promovam alternativas sustentáveis ao uso da terra. Conforme Rudel (1998) aponta, os pequenos agricultores são frequentemente forçados a adotar práticas de desmatamento para garantir sua sobrevivência, o que perpetua a erosão do solo e a perda de biodiversidade.

Outro fator de peso é a produção de carvão vegetal, que desempenha um papel central na economia rural do Haiti. Com um acesso limitado a outras fontes de energia, como gás ou eletricidade, a maior parte da população depende do carvão vegetal para cozinhar e aquecer suas casas. Esse processo de produção envolve a derrubada de grandes áreas florestais, acelerando a destruição da cobertura vegetal e contribuindo para o aumento da vulnerabilidade do solo à erosão (Lambin; Meyfroidt, 2011). Dados apontam que o Haiti já perdeu cerca de 98% de suas florestas originais, resultando em um colapso ecológico que afeta diretamente a capacidade do país de sustentar sua economia agrícola (Diamond 2005).

A expansão urbana também é um fator significativo para o desmatamento. À medida que as cidades crescem, aumenta a demanda por madeira para construção civil e para atender às necessidades de uma população em rápida expansão. A urbanização desordenada, sem a devida regulamentação e controle, contribui para a remoção de vegetação nativa, agravando a degradação do solo e a perda de biodiversidade (Smith; Petley, 2009). Além disso, a exploração madeireira ilegal, muitas vezes realizada de

forma clandestina, adiciona mais uma camada de pressão sobre os ecossistemas florestais, ampliando os efeitos negativos do desmatamento (Lambin; Meyfroidt, 2011).

As consequências dessa degradação ambiental são graves e de longo alcance. A erosão do solo, por exemplo, compromete a capacidade do país de manter uma agricultura sustentável. Sem a cobertura florestal para proteger as encostas e áreas de cultivo, grandes quantidades de solo fértil são perdidas anualmente, resultando na redução da produtividade agrícola. Isso não apenas agrava a insegurança alimentar no país, mas também aumenta a frequência de desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações, especialmente durante a temporada de chuvas (Smith; Petley, 2009). O impacto dessas catástrofes é sentido de forma desproporcional pelas comunidades rurais, que dependem diretamente da terra para sua sobrevivência e enfrentam dificuldades adicionais para se adaptarem às mudanças climáticas.

A perda da cobertura florestal também tem implicações severas para a biodiversidade no Haiti. Com a destruição das florestas, muitas espécies de fauna e flora nativas estão ameaçadas de extinção, o que compromete a integridade dos ecossistemas locais. Além disso, a degradação ambiental limita o potencial de desenvolvimento de setores como o ecoturismo, que poderia fornecer uma importante fonte de renda para o país. A redução da biodiversidade e o colapso dos ecossistemas florestais prejudicam a resiliência natural do território, enfraquecendo ainda mais as bases econômicas e ecológicas do Haiti (Rudel, 1998).

Em última análise, o desmatamento em questão reflete uma complexa interação entre fatores socioeconômicos e ambientais, onde a pobreza, a falta de alternativas energéticas, a expansão urbana desordenada e a exploração madeireira ilegal se somam para criar uma crise ambiental de grandes proporções. As soluções para essa crise exigem ações coordenadas, que incluem desde programas de reflorestamento e gestão sustentável dos recursos naturais até a promoção de alternativas energéticas e melhorias nas políticas de uso da terra. Sem uma abordagem integrada que envolva tanto o governo quanto as comunidades locais, o ciclo de degradação continuará, com implicações desastrosas para o meio ambiente e a população haitiana.

Destacando a situação econômica

A crise ambiental no Haiti possui conexões profundas com as dinâmicas socioeconômicas do país, refletindo desigualdades já existentes e as intensificando. As comunidades mais pobres, que dependem diretamente de atividades como a agricultura de subsistência e a produção de carvão vegetal, sofrem de forma desproporcional com a degradação ambiental. A falta de alternativas energéticas acessíveis obriga essas populações a recorrerem a práticas insustentáveis, perpetuando um ciclo de pobreza e deterioração dos recursos naturais (IEAb, 2020). Esse cenário não só reduz a qualidade de vida, mas também compromete a segurança alimentar, pois a degradação do solo afeta diretamente a produção agrícola, base da economia rural do Haiti.

O impacto da crise ambiental na saúde pública é alarmante. A exposição contínua à fumaça proveniente da queima de carvão vegetal, amplamente utilizada para cozinhar, aumenta significativamente a prevalência de doenças respiratórias, como bronquite e asma, nas áreas mais pobres e rurais do país. Além disso, a degradação ambiental afeta a qualidade da água, que muitas vezes é contaminada por resíduos provenientes da erosão do solo e da má gestão dos recursos hídricos. Isso agrava a incidência de doenças infecciosas, como a cólera, que já tem sido um problema recorrente em comunidades sem acesso a saneamento adequado (WHO, 2018).

A disputa por recursos naturais e terras férteis também intensifica conflitos sociais no país. Com a degradação ambiental acelerando a perda de terras cultiváveis, as tensões entre agricultores e comunidades têm aumentado. Essas disputas, muitas vezes locais, envolvem tanto a competição por áreas agrícolas quanto a exploração de fontes de água, cada vez mais escassas. Isso contribui para a insegurança alimentar e afeta a estabilidade social, exacerbando a vulnerabilidade de grupos marginalizados (World Bank, 2022).

Recentemente, o impacto da pandemia de COVID-19 aprofundou ainda mais esses desafios. A crise sanitária não só desviou recursos para o combate à pandemia, como também interrompeu iniciativas voltadas para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. A pobreza, que aumentou como resultado da crise econômica global, forçou muitas famílias a explorar ainda mais os recursos naturais de maneira insustentável. A pandemia

também evidenciou a fragilidade das políticas ambientais haitianas e a falta de suporte governamental para mitigar os efeitos da crise ambiental (IOM, 2021). Esse cenário de vulnerabilidade reforça a necessidade de políticas públicas integradas que abordem, simultaneamente, os desafios socioeconômicos e ambientais.

Resiliência comunitária

Apesar do cenário adverso, o Haiti é um exemplo notável de resiliência comunitária. Este conceito, que envolve a capacidade de uma comunidade de se adaptar, resistir e se recuperar de crises, tem sido fundamental para a sobrevivência do povo haitiano diante de desastres naturais e adversidades econômicas. A resiliência comunitária no Haiti se manifesta de várias maneiras, desde práticas agrícolas sustentáveis até o fortalecimento de laços sociais que facilitam a cooperação e a solidariedade em tempos de crise (Mongabay, 2021).

Uma das expressões mais visíveis dessa resiliência é o sistema de trabalho comunitário conhecido como konbit. Trata-se de uma tradição haitiana em que os membros de uma comunidade se unem para realizar tarefas agrícolas ou de construção em conjunto, compartilhando recursos e conhecimentos. O konbit fortalece as redes sociais e facilita a adaptação às mudanças ambientais e climáticas, permitindo que as comunidades desenvolvam respostas colaborativas às crises. No entanto, essa forma de organização local, apesar de eficaz no curto prazo, não pode compensar a falta de políticas públicas abrangentes para enfrentar a crise ambiental. A ausência de um apoio governamental adequado para ampliar iniciativas como o konbit demonstra a insuficiência de uma abordagem puramente comunitária (World Bank, 2023).

As iniciativas de reflorestamento e a adoção de práticas agrícolas de conservação também desempenham um papel central na resiliência comunitária. Em regiões onde a agricultura de corte e queima predominava, projetos comunitários têm promovido técnicas mais sustentáveis, como o plantio em contorno e o uso de sistemas agroflorestais, que ajudam a preservar o solo e a melhorar a produtividade agrícola (UNEP, 2021). Além disso, o desenvolvimento de cooperativas e grupos de poupança comunitária tem proporcionado uma rede de segurança econômica para as famílias mais vulneráveis, permitindo

uma recuperação mais rápida após desastres e crises econômicas. Contudo, a falta de coordenação entre essas iniciativas e as políticas públicas nacionais limita seu impacto, pois os esforços isolados não conseguem reverter a degradação ambiental em grande escala.

Outro ponto de grande relevância no contexto atual é a escassez de recursos hídricos. O desmatamento e a perda de vegetação em áreas de bacias hidrográficas diminuíram significativamente a capacidade de retenção de água, exacerbando as secas e aumentando a dependência de fontes hídricas já comprometidas. A falta de políticas de manejo sustentável da água intensifica os desafios das comunidades locais, que muitas vezes recorrem a práticas rudimentares de conservação de água, sem o suporte técnico necessário para otimizar seus esforços (Mongabay, 2021). Essa escassez, além de agravar a crise ambiental, compromete a segurança alimentar e hídrica, impactando diretamente a qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

Portanto, a resiliência comunitária no Haiti enfrenta desafios significativos. A falta de infraestrutura adequada e o acesso limitado a serviços públicos essenciais, como saúde e educação, comprometem a eficácia das respostas comunitárias aos desastres e às crises socioeconômicas. Embora as iniciativas de resiliência, como o konbit e o reflorestamento, tenham mostrado resultados promissores, elas são muitas vezes limitadas pela ausência de apoio governamental e pela escassez de recursos. A incapacidade do governo de fornecer suporte técnico e financeiro adequados para tais iniciativas evidencia a necessidade urgente de uma estratégia de governança ambiental integrada e eficaz (UNEP, 2021).

Assim, a resiliência comunitária no Haiti, embora seja uma fonte vital de adaptação e sobrevivência, não pode ser encarada como uma solução completa para os problemas do país. Ela precisa ser complementada por políticas públicas eficazes que abordem as raízes da degradação ambiental e fortaleçam as instituições locais. Sem essas intervenções estruturais, os esforços comunitários, por mais louváveis que sejam, correm o risco de serem meros paliativos diante da magnitude das crises que o país enfrenta (World Bank, 2023).

Considerações finais

A análise da crise ambiental no Haiti revela um cenário

profundamente entrelaçado com a história política e social do país. O desmatamento desenfreado, a erosão do solo, a perda de biodiversidade e a vulnerabilidade a desastres naturais são, em grande parte, o resultado de décadas de má gestão de recursos e falta de políticas públicas eficazes. Esses fatores, combinados com a instabilidade política e a pobreza generalizada, criaram uma conjuntura sem precedentes no Haiti.

No entanto, o povo haitiano tem demonstrado uma notável capacidade de adaptação e resiliência diante dessas adversidades. A resiliência comunitária é um dos principais mecanismos de sobrevivência diante das crises ambientais e socioeconômicas mas, embora esses esforços sejam cruciais, é evidente que sozinhos não serão suficientes para resolver os problemas estruturais que o país enfrenta. Desse modo, é notável a falta de uma abordagem mais integrada, que combine políticas públicas de longo prazo, gestão sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento das instituições locais.

O fortalecimento das iniciativas comunitárias, juntamente com um maior comprometimento internacional e a implementação de políticas governamentais eficazes, é essencial para enfrentar os desafios ambientais e construir um futuro mais sustentável para o Haiti. Esta análise, ao explorar os impactos ambientais e a resiliência comunitária no país, busca oferecer uma melhor compreensão das dinâmicas que moldam a crise atual, na esperança de contribuir para debates mais amplos sobre soluções duradouras.

Referências

DIAMOND, Jared. **Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed**. New York: Viking, 2005.

DUPUY, Alex. **Haiti in the World Economy: Class, Race, and Underdevelopment since 1700**. Boulder: Westview Press, 1989.

FATTON JR., Robert. **The Roots of Haitian Despotism**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2007.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Energy in Haiti**. Paris: IEA, 2015.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Haiti Energy Profile 2020**. Paris: IEA, 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION - IOM. **COVID-19 and its Impact on Migration in Haiti**. Geneva, 2021.

LAMBIN, Eric F.; MEYFROIDT, Patrick. Global land use change, economic globalization, and the looming land scarcity. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 108, n. 9, p. 3465-3472, 2011.

Ménard, R. **Haiti's Environmental Crisis: Deforestation and Energy Scarcity**. Montreal: McGill University, 2013.

MONGABAY. Haiti: An Island Nation Whose Environmental Troubles Only Begin with Water. **Mongabay**, 2021. Disponível em: <https://www.mongabay.com>. Acesso em: 10 set. 2024.

RUDEL, Thomas K. **Tropical Deforestation: Small Farmers and Land Clearing in the Ecuadorian Amazon**. New York: Columbia University Press, 1998.

SMITH, K.; PETLEY, D. N. **Environmental Hazards: Assessing Risk and Reducing Disaster**. 6. ed. London: Routledge, 2009.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Haiti: Environmental and Socioeconomic Challenges. **UNEP**, 2021. Disponível em: <https://www.unep.org>. Acesso em: 30 set. 2024.

WORLD BANK. **Haiti: Toward a Climate-Resilient Future**. Washington: World Bank, 2022.

WORLD BANK. **Haiti Overview: Development News, Research, Data**. Washington, D.C.: World Bank, 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 30 set. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Ambient air pollution: A global assessment of exposure and burden of disease**. Geneva: WHO, 2018.